

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

1. Dados da Reunião

Data	Hora início	Hora término	Local
15/06/2021	09h00min	11h20min	Videoconferência – lifesize

2. Pauta

Item	Descrição
04	Abertura
05	Leitura da ATA da RAE anterior
06	Proposta de iniciativas para Portfólio Estratégico
07	Deliberação de Projetos Estratégicos/ Objetivos Estratégicos
08	Portfólio de Projetos Estratégicos
09	Mutirão Custas
10	Apresentação Entregas/ produtos Projetos Estratégicos
11	Metas Nacionais
12	Indicadores Justiça em Números
13	Indicadores da Estratégia 2021 - 2026
14	Confirmação datas sentenças e baixas
15	Encerramento/ Agendamento próxima RAE

3. Participantes

Nº	Nome do membro do CGOV:	Unidade:	Assinatura:
01	Des. LOURIVAL de Almeida TRINDADE	Presidência do TJBA e do CGOV	
02	Des. Augusto de Lima Bispo	2º Vice-Presidente TJBA	
03	Des. José Soares Ferreira Aras Neto	Presidente da Comissão LGPD	
04	Des. Nilson Soares Castelo Branco	Diretor Universidade Corporativa	
05	Juíza de Direito Fabiana Andréa de Almeida Oliveira Pellegrino	Coordenação dos Juizados Especiais	
06	Clio Nobre Felix	Chefia de Gabinete da Presidência	
07	Franco Bahia Karaoglan Mendes Borges Lima	Secretaria-Geral da Presidência	
08	Pedro Lúcio Silva Vivas	Secretaria de Planejamento, Programação e Orçamento	
09	Bianca Serra Araújo Henkes	Secretaria Judiciária	
10	Janaína Barreto de Castro	Secretaria de Gestão de Pessoas	
11	Luis Augusto Bahiense Cardoso	Secretaria de Tecnologia da Informação e Modernização	
12	Fernanda Pinto Dantas Braga	Controladoria do Judiciário	

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

Nº	Nome de outros representantes convidados:	Representando:	Assinatura
13	Juíza de Direito Camila Vasconcelos Magalhães Andrade	AEP I	
14	Juiz de Direito Cláudio Césare Braga Pereira	NACP	
15	Juiz de Direito Marcos Adriano Silva Lêdo	Juiz Corregedor - CGJ	
16	Juiz de Direito Raimundo Nonato Borges Braga	Juiz Assessor – 2ª Vice-Presidência	
17	Juíza de Direito Rita de Cássia Ramos de Carvalho	Coordenadora Geral da Unicorp	
18	Adolfo de Souza Ferri	Núcleo de Arrecadação e Fiscalização	
19	Alexsandro Silva Santos	SEPLAN - Diretoria de Planejamento Estratégico	
20	Fábio D Almeida Oliveira	SETIM - Diretoria de Modernização	
21	Fernanda Martinez	EDEP CGJ	
22	Guelda Britto	NAF	
23	Hévila Moraes de Santana	SEPLAN	
24	Kamila Santos Souza	ASCOM	
25	Líbia Maria Almeida de Andrade	2ª Vice-Presidência NugepNac	
26	Liz Oliveira Souza	SEJUD	
27	Leonardo Ribeiro de Oliveira	COJE	
28	Marcela Nunes Rangel da Silva	SEJUD – DPG	
29	Marcelo José Couto de Freitas	CGJ	
30	Maria Cristina Carvalho Cunha	SEPLAN – DPE	
31	Mariana do Rosário Caires Alves de Moradillo	1ª Vice-Presidência	
32	Priscila Brito Sobrinho Ávila	SEPLAN	
33	Thais Fonseca Fellipi Pimentel	SEJUD – Diretora de Primeiro Grau	
34	Tuany Silva Andrade	UNICORP	
35	Viviane da Anunciação Souza	Chefia de Gabinete - 2ª Vice-Presidência	
36	Yves Christian Bernard Pavetto	SEPLAN	

4- Abertura

O Secretário de Planejamento e Orçamento Pedro Vivas, procedeu às orientações iniciais para a realização da reunião.

O Presidente do TJBA, Desembargador Lourival Trindade, fez a abertura da XVII Reunião de Análise da Estratégia cumprimentando aos Desembargadores Augusto de Lima Bispo, Nilson Castelo Branco, bem como aos magistrados, secretários e demais participantes da reunião.

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

O Presidente do Cgov solicitou ao Desembargador Augusto de Lima Bispo que assumisse a partir de determinado momento a presidência da RAE, pois precisaria se ausentar, em virtude de demandas da Presidência do TJBA.

5- Leitura da ATA da RAE anterior

Por Franco Bahia O Secretário Geral da Presidência, Franco Bahia, realizou a leitura do resumo da XVI Reunião de Análise Estratégica ocorrida em 16/03/2021.

6- Proposta de iniciativas para Portfólio Estratégico

6.1- Projeto eSocial

Por Dr. Cláudio Césare citada inicialmente a função desta proposta pelo Dr. Césare: “Diversamente de muitos outros, este é um projeto imposto por uma determinação legal, é um Sistema de escrituração digital das obrigações previdenciárias e trabalhistas de todo o país, englobando o setor público e privado, nos é imposto por determinação da secretaria da Receita Federal e da Secretaria Especial da Presidência, já esteve em pauta, foi suspenso pelo governo, mas já retornou, não há muitas opções, temos que implementá-lo”. Dr. Cláudio comenta que já havia participado ao Presidente a gravidade e repercussão desse projeto no que tange ao não atendimento das obrigações do eSocial, destacando que se pode ter multas que cheguem a R\$ 4.000,00 mensais, se, por exemplo, o TJ BA não apresentar a folha de registro dos servidores e R\$ 400,00 a 4.000,00 por servidor se não realizar exames médicos. Dr. Cláudio pede especial atenção e colaboração para o cumprimento do projeto eSocial, reforçando que este é um projeto de longevidade e que a não execução das etapas em tempo real pode gerar complicações para o TJ BA, repercutindo nas próximas gestões, por último, faz apelo ao Excelentíssimo Presidente do Cgov para que reforce a importância da responsabilidade para este projeto.

Pelo Presidente do Cgov, Desembargador Lourival Trindade cita as sanções severas em caso de descumprimento da cronologia do projeto, reforça a necessidade do envolvimento de todos e menciona que o TJ BA está atendendo a todas as exigências do eSocial e cumprindo o calendário estabelecido. Apela para que os prazos sejam seguidos rigorosamente sem nenhum retardo, por último, elogia a equipe quanto à capacidade e competência.

Por Priscila Ávila apresentação do projeto eSocial, demonstrando, alinhamento estratégico, ação defendida, justificativa, objetivo smart, benefícios, custo estimado, ação orçamentária, dentre outros.

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

Por Pedro vivas comenta que a Seplan, embora não exista nenhuma obrigatoriedade interna, está trabalhando no sentido de que nenhum projeto seja concebido sem custo orçamentário, trazendo a este Poder Judiciário a cultura de definição dos custos para essas iniciativas, ressalta adicionalmente que para compor a pontuação no Prêmio de Qualidade do CNJ é necessário estimar o que será despendido nesses projetos estratégicos.

Por Dr. Cláudio Césare no que tange aos custos estimados, Dr. Cláudio Césare relata que inicialmente a proposta seria a de aproveitar a mão-de-obra interna não gerando valores adicionais ao TJBA, porém isto está sendo revisto em decorrência do crescimento do volume das solicitações de informações que ocorrem complementarmente ao projeto e que não são estanques. Com esta percepção há a possibilidade da geração de custos suplementares à SETIM, no sentido de haver maior disponibilidade em relação ao suporte técnico a ser prestado ao eSocial. Dr. Césare comenta que este custo ainda não foi orçado, porque esta possibilidade é recente, mas que, assim que houver uma definição concreta submeterá ao comitê.

Por Pedro vivas pergunta aos participantes se há alguma objeção para a inclusão do projeto eSocial no portfólio, não havendo manifestações contrárias, foi considerado **aprovado**.

6.2- Projeto Implantação da LGPD

Pelo Desembargador José Aras cita a importância da adequação da administração pública e privada à Lei de proteção Geral de dados e faz menção à coleta de dados de jurisdicionados e servidores públicos que deve estar protegida no âmbito do TJBA e na seqüência, defende o projeto.

Por Pedro vivas pergunta aos participantes se há alguma objeção para a inclusão do projeto LGPD no portfólio, não havendo manifestações contrárias, foi considerado **aprovado**.

7- Deliberação – Projetos Estratégicos/ Objetivo estratégico

7.1 Proposta de encerramento do projeto implantação do sistema de cálculos judiciais e criação de novo projeto com novo escopo

Por Dr. Cláudio Césare reforça que não houve um abandono do projeto e sim novos cálculos.

Por Dra. Fabiana Pellegrino salienta que a idéia é um projeto mais forte, que contemple os vários braços de cálculos englobando as esferas fazendárias, civis e criminais e envolvendo etapas distintas de implementação. Menciona que aguardam os cálculos de custos da SETIM para

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

composição do projeto. A Dra também comenta que já foram desenvolvidos cálculos no âmbito fazendário, e que já vem num propósito mais maduro, pois contempla estas três vertentes.

Por Luis Augusto Bahiense registra que receberam as informações da repaginação do projeto pela COJE, neste dia, às 08h55min e que irão se debruçar para atender à demanda solicitada.

Por Dr. Cláudio Cesáre questiona sobre a possibilidade da substituição do encerramento pela repaginação do projeto de cálculos judiciais, uma vez que já foram feitos encaminhamentos pela COJE e pelo fato de ser algo essencial no âmbito do Poder Judiciário. Em suma, questiona sobre a possibilidade de aprová-lo na condição atual, já o considerando estratégico. Dr. Cláudio opina que deva ser implementado o quanto antes.

Por Dr. Marcos Lêdo aborda que deve ser considerado como um novo projeto e do ponto de vista técnico, não há o que aproveitar do anterior. Dr. Marcos Lêdo comenta que é um projeto totalmente diferente do que foi concebido inicialmente e que ao seu entender deve ser considerado estratégico.

Por Dr. Cláudio Césare reforça que ao se expressar propôs a possibilidade da aprovação da nova proposta como estratégica.

Por Pedro vivas comenta que ao contrário do eSocial este não é um projeto obrigatório, sugere que Dra Fabiana solicite reunião extraordinária para que haja a deliberação do projeto quanto a sua aprovação como estratégico, reforça, porém, que para tanto é necessário aguardar a composição dos cálculos de custos pela SETIM.

Após consenso dos participantes ficou deliberado na reunião o **encerramento** do antigo projeto de cálculos e convocação de RAE extraordinária, a qualquer tempo, caso a composição dos custos seja concluída antes da próxima RAE Ordinária, com o seguinte objetivo: aprovação do novo projeto de cálculos como estratégico e composição dos custos, o que contribuirá também para pontuação do prêmio de Qualidade CNJ.

7.2-Proposta de encerramento ou alternativa para projeto de implantação de unidade de acompanhamento de Gestão

Por Fernanda Braga destaca a importância do projeto, inclusive frente ao TCE, informando que a paralisação ocorreu em decorrência da necessidade de designação de um servidor capacitado para a coordenação com funções específicas, Fernanda diz que ao logo deste tempo foram indicados

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

dois servidores pela CTJUD, mas que por questões administrativas não puderam assumir. Sugere então que o projeto não seja encerrado e sim que, de acordo como sugerido pela Seplan na última RLA, capacite um servidor que reúna requisitos mínimos para assumir a coordenação.

Por Pedro Vivas fica deliberado, sem posições contrárias que o projeto não seja encerrado e sim **replanejado**, incluindo a capacitação do servidor e a composição dos custos relacionados ao término do projeto, acrescenta que estes dois aspectos serão deliberados na próxima RAE que poderá ser Extraordinária ou Ordinária.

7.3- Proposta de encerramento do projeto Populus

Por Janaína de Castro explica que o Populus foi interrompido devido aos altos custos, impactado pela pandemia, mas que é um projeto extremamente positivo para a Gestão de pessoas do TJBA. É um projeto que estava em andamento em 2018, acrescenta que melhorias estão sendo incrementadas nos processos internos baseadas nos apontamentos do TCE, sugere que seja suspenso e trazido para um momento oportuno ao invés de encerrado.

Por Pedro Vivas discorre que a questão metodológica é clara, e o que se recomenda como boa prática é o encerramento e não a suspensão. Desenvolver um novo projeto será mais proveitoso, uma vez que todos os estudos preliminares terão que ser refeitos. Não havendo objeções sobre a deliberação o projeto foi **encerrado**.

7.4- Objetivo Estratégico M7. 6 - alteração dos alvos do Objetivo Estratégico do Núcleo Socioambiental de 100% para 90%.

Por Pedro Vivas assinala que não significa que não se vá tentar atingir os 100%. Pedro pergunta aos presentes se há alguma objeção para a alteração da meta, não havendo deliberações contrárias, a alteração da meta M7.6, de 100% para 90%, foi considerada **aprovada**.

8- Portfólio de projetos estratégicos

8.1- Apresentação do portfólio de Projetos Estratégicos prestação de contas dos projetos estratégicos

Por Cristina Cunha apresenta a situação dos projetos do ano de 2017 ao ano de 2021, sendo demonstrada a execução média dos projetos em termos percentuais de conclusão: 2017 – 83%, 2018 – 67%, 2019 – 100%, 2020- 63,8% e 2021 – 21%. Comenta que estabeleceram categorias para controlar as etapas de execução e níveis de atraso, conforme legenda de cores. Foram elencados os

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

percentuais de projetos em descumprimento ao prazo planejado: campanha recolher legal – 38,8%, implantação do sistema PJECOR – 84,9 %, consolidação da rede de governança colaborativa regional – 95,6%, solução de continuidade de TIC – 3,9%, mapeamento das demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade – 17,6%, Formação e aperfeiçoamento de servidores – 0%. Pede empenho de todos para conclusão das pendências.

Por Dra. Fabiana Pellegrino esclarece que em relação ao “Recolher Legal”, já foi executado o que cabe à COJE, para a implementação do planejado e que as interlocuções com a SETIM já foram feitas, para a conclusão ao projeto.

Por Franco Bahia sugere que os esforços enveredados para o sistema de arrecadação ocorram nos mesmos moldes de 2020 e propõe que seja deliberada nesta RAE a possibilidade de concretização desta proposta.

Por Dra. Fabiana Pellegrino esclarece ao Dr. Franco que a equipe está sendo capacitada de **05 a 17/06/2021** e que a previsão do mutirão de recolhimento ocorrerá de **01 a 30/07/2021**.

Na oportunidade inseriram um novo item na pauta:

9- Mutirão Custas

Por Dr. Cláudio Césare pede uma atenção especial às custas processuais das áreas criminais.

Por Dra. Fabiana Pellegrino acolhe o pedido do Dr. Cláudio. Dra Fabiana apresenta o cronograma de execução do projeto Recolher Legal.

Por Pedro Vivas pergunta se há alguma objeção para a execução do mutirão de **01 a 30/09/2021**, não havendo posições contrárias, ficou **aprovada** esta data.

Por Adolfo Ferri relata que os módulos da capacitação citado pela Dra Fabiana, já contemplam a área criminal e se coloca à disposição para saneamento de possíveis intercorrências.

Por Franco Bahia sugere campanha educativa interna no sentido de reforçar a importância das custas processuais, retomando algumas ações anteriores a exemplo da distribuição de cartilhas e Manual do ECR.

Por Dra. Fabiana Pellegrino assinala que é necessário também fazer um trabalho com os magistrados objetivando maiores reflexões quando das decisões para deferimento da justiça gratuita, uma vez que estes são os líderes dos servidores. Solicita também um apoio à Corregedoria para esta pauta.

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

Por Líbia Andrade pede a palavra para justificar o atraso do projeto mapeamento das demandas repetitivas ou com potencial de repetitividade, informando que é um projeto que envolve outras áreas e no que tange aos esforços da 2ª Vice-Presidência todos estão atualizados.

Por Dr. Raimundo Braga sugere que premiem com recompensa financeira aqueles que mais arrecadarem custas processuais. Pede ao NAF rapidez na devolução das custas não utilizadas, para que este recurso não seja retido indevidamente, salienta que estas solicitações ocorrem reiteradamente através da Ouvidoria Judicial. Agradece a Alex, Cristina e Pedro, todos SEPLAN o apoio na execução do projeto META 09, denominado “Proteger a vida marinha”. Faz referência à implantação do CIGEBA (Centro de Inteligência) e do CEJUD Ambiental.

Por Franco Bahia noticia o início da capacitação dos estagiários de pós-graduação, enfatizando que esta é sem dúvida uma grande conquista na gestão do Desembargador Lourival Trindade, convida a todos a participarem da aula magna de abertura do programa, que ocorrerá no dia seguinte, no canal do Youtube do TJBA.

10- Apresentação Entrega/ Produtos Projetos Estratégicos

10.1- Apresentação Entrega Projeto Consolidação da Rede de Governança Colaborativa - DPG

Por Thais Fellipi Informa **cumprimento da etapa** do projeto referente à Designação de Juízes coordenadores, complementando que já foi publicado no Diário Eletrônico de Justiça.

10.2- Apresentação Entrega Projeto Formação e Aperfeiçoamento de Servidores - UNICORP

Por Dra. Rita Ramos comunica a **entrega da 1ª etapa** do projeto, em acordo ao prazo estipulado - Elaboração da página no site do TJBA, contemplando Manuais, guias, cartilhas, etc. Evidencia cumprimento através da página da UNICORP que foi compartilhada com os participantes.

10.3- Projeto Inovações Tecnológicas - COJE

Por Leonardo Oliveira alguns produtos do projeto foram apresentados: negociação virtual (em compasso com orientações do CNJ), julgamento processual por tema, previsto para Setembro 2021 e aplicação de Inteligência artificial para sugestão de atos judiciais previsto para o final da gestão 2021, falado também sobre a assistente virtual Sophia que está em fase de desenvolvimento. Leonardo agradeceu a Dra Fabiana por estar sempre apoiando projetos de inovação.

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

11- Metas Nacionais

Por Pedro Vivas o panorama não muda em relação aos demais anos. Até o momento não foi cumprida nenhuma meta. As metas mais próximas de serem atingidas são as que já ultrapassam os 70% de alcance, sendo elas: meta 01 – 71,6%, Meta 6 – 90,9%, Meta 08 (feminicídio) - 74,3%, Meta 09 – 73,08%. Comenta que as metas para 2022, já estão sendo elaboradas.

Pedro chama a atenção para a meta 02, no tocante ao distanciamento do previsto em relação à situação atual. ALVO 532.216, mas até o momento só foram julgados 7% deste total 37.898.

Por Alexandre Santos enfatiza que a Meta 02, historicamente representa 10% do total de processos julgados e que a grande maioria se concentra no 1º grau. De acordo com Alexandre o foco dos esforços tem que ser no 1ª grau, destacando que há muito que se fazer para atingir esta meta.

Por Franco Bahia sugere encaminhamento de ofício pela Seplan à DPG e AEP I para que os juízes recém empossados se dediquem prioritariamente à meta 2. Solicita reforços da Secretaria Judiciária e da DPG.

Por Pedro Vivas complementa que devemos nos espelhar no que foi feito em 2009, e tentar replicar em 2021.

Por Alexandre Santos em 2009 o diferencial foi a divulgação massiva, comenta que os processos eram etiquetados com cores para chamar atenção. Elogia a idéia do Dr. Franco Bahia e comenta que ao se atingir a meta 02, automaticamente serão atingidas outras metas. O foco na meta 02 estrategicamente é muito melhor.

Por Pedro Vivas compromete-se ao **envio do Ofício à DPG e AEP I**, objetivando o alcance da meta 02.

Por Thais Fellipi informa que os novos juízes entrarão em atividade no dia 05 de julho e já estão programados para um mutirão de meta 02 nas áreas mais críticas. Coloca a Diretoria à disposição para o cumprimento desta meta nas atividades que forem necessárias.

12- Indicadores Justiça em Números

Por Pedro Vivas apresenta um comparativo do ano de 2021 em relação aos meses anteriores de 2020, com a seguinte análise:

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

Por Alexandre Santos os meses de abril e maio apontam para a retomada da normalidade, e reflete a existência de novos casos, ou seja, a demanda volta a crescer, pode-se constatar isso inclusive, se compararmos com o ano de 2019. Este aumento contribui de forma positiva para a arrecadação, que tem melhorado.

Por Alexandre Santos com relação a processos baixados (tbaix), sempre que há o aumento de casos novos, ele é respondido com efetividade. Ainda não é a taxa esperada. Ainda não atingimos um bom índice de atendimento à demanda. Os meses de abril e maio, porém representam um aumento de 40 e 36% respectivamente. **No mês de julho haverá a semana de sentenças e baixas**, o que nos dará um fôlego maior, como se tivéssemos um mês a mais. Comenta que este indicador é de extrema importância para os demais.

Alexandro apresenta os outros indicadores: índice de atendimento à demanda (IAD), com expectativa de queda em 2021, Casos Pendentes (CP), a tendência é finalizar o ano de 2021 com 3.705.462 casos pendentes, o que não é um bom resultado. Estes resultados influenciarão na taxa de congestionamento (TC) que tenderá a crescer em 3.P.P. Ressalta que o maior desafio do Poder Nacional é a “redução da taxa de congestionamento líquida”, e se o TJ BA não tomar atitudes mais contundentes, a expectativa é que fiquemos em 80%, não atingindo o esperado.

13- Indicadores da Estratégia – 2021 – 2026

Por Pedro Vivas comenta que os 58 indicadores terão que ser alimentados e os exibe para conhecimento, mostrando os vínculos com os respectivos macrodesafios. Relata que a SEPLAN está concluindo formulário eletrônico até 18 de junho 2021, para alimentação das informações pelos responsáveis. A idéia é monitorar o atingimento desses indicadores e analisar, casos de não atendimento, identificando as possíveis causas.

Por Alexandre Santos reforça que a coleta funciona como um questionário, enviado eletronicamente às áreas e a própria SEPLAN monta o índice do Indicador.

14- Confirmação datas Semana de sentenças e baixas

19/23 de Julho de 2021.

15- Agendamento próximo evento da RAE

21 de setembro de 2021 com aceitação de todos os presentes, havendo a possibilidade de RAE Extraordinária.

XVII REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – XVII RAE

Pelo Desembargador Augusto de Lima Bispo elogia a excelente gestão do Desembargador Lourival Trindade e dos Desembargadores José Aras e Nilson Castelo Branco, como também parabeniza toda a equipe escolhida pelo Presidente. Acrescenta que concorda com a preocupação do controle das custas judiciais por Franco Bahia, enfatizando que esta iniciativa é de extrema importância para o PJBA. Agradece a presença e atuação de todos os presentes e encerra a reunião.